

CONCENTRAÇÃO JUNTO DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

DIA 22 DE MAIO, PELAS 16.00H

A Federação Nacional dos Inspectores do Estado, constituída pelas organizações representativas de inspetores: Sindicato dos Inspectores do Trabalho (SIT), Associação Sindical dos Funcionários da ASAE (ASF-ASAE), Associação Profissional de Inspectores da Segurança Social (AISS), Associação dos Inspectores de Jogos (AIJ), Associação Profissional dos Profissionais da Inspeção Tributária (APIT) e Associação Profissional dos Inspectores dos Fundos Europeus (APIFE) tem solicitado uma audiência ao Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, sem que este governante tenha respondido, ao contrário do ocorrido com o seu antecessor.

Na generalidade, estas classes profissionais inspetivas têm em comum a ausência da revisão das suas carreiras, prometida desde 2009 e nunca efetivada, ao contrário do sucedido com os seus colegas das restantes inspeções-gerais, que viram as suas carreiras serem regulamentadas pelo Decreto-Lei nº 170/2009, de 3 de Agosto.

Essa circunstância tem fomentado um clima de incerteza no seio desses grupos profissionais, altamente especializados, com a inerente desmotivação dos funcionários, dificuldade na atração de novos elementos, deterioração do ambiente de trabalho e com evidente prejuízo para o serviço público.

O Estado Regulador confia nestas carreiras as funções de fiscalização e regulação nos seus âmbitos de atuação, representando importantes áreas nos domínios económicos, financeiros, laborais e sociais.

Nos últimos anos, porém, a falta de investimento financeiro, gestório e motivacional, levou a:

- uma degradação acentuada das condições de trabalho,
 - com a disponibilização de viaturas oficiais nos limites da utilização em segurança e constantes avarias;
 - insuficientes dotações de combustível, implicando a existência de “paraísos fiscais” no país, com diversas regiões – e não muito longe dos grandes centros – sem fiscalização por aquelas inspeções, bem como a incapacidade de alguns inspetores trabalharem mais do que apenas alguns dias por mês;
 - deficiente formação profissional dos inspetores, com um grande desinvestimento nos últimos três anos;

- reiterado incumprimento das normas de saúde, higiene e segurança no trabalho;
- horários não previstos na lei aplicável e violadores das mínimas regras do bom senso;
- realização de trabalho suplementar não remunerado;
- indeferimento de pedidos de horários específicos de forma a que seja possível aos inspetores a conciliação da vida pessoal com a profissional, nomeadamente, violando os princípios inerentes à proteção da parentalidade;
- realização de tarefas acessórias desviando os inspetores da sua missão principal;
- ilegalidades financeiras, com as deslocações externas sem que os períodos de viagem sejam considerados como trabalho efetivo;
- grave ataque à isenção inspetiva, com o condicionamento forçado da indispensável autonomia técnica dos inspetores, tentando conduzir as diligências em determinados sentidos, com prejuízo da independência e isenção que se exige destes profissionais.
- indefinição e constante mudança nos últimos anos da estrutura organizacional, destabilizando assim, o bom funcionamento dos serviços de inspeção.

A FNIE irá continuar a promover um diálogo construtivo com as tutelas, como tem sido timbre das associações constituintes, mas não deixará de desenvolver outras formas de defesa dos seus interesses e dos interesses e direitos dos cidadãos, a quem servem.